

RECORTE - REVISTA DE LINGUAGEM, CULTURA E DISCURSO

Ano 5 – Número 8 – Janeiro a Junho de 2008

[início](#)

COGNIÇÃO E USO DE ITENS ADVERSATIVOS EM PORTUGUÊS: QUESTÕES RELATIVAS AO ENSINO DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO

Ana Paula Rocha
UFOP

ABSTRACT – In this text will be discussed the cognitive aspects involved in the use of adversative items in Portuguese. The item “*mas*” will be focused on, and it can be considered the prototypical adversative conjunction in the language. The main goal is to present reflections which can aid the teacher of Portuguese in the classes of reading and text production.

INTRODUÇÃO

Neste texto, serão tratados os aspectos cognitivos envolvidos no uso de itens adversativos em português e será focado o item *mas*, que pode ser considerado a conjunção adversativa prototípica da língua. O objetivo principal é apresentar reflexões que possam auxiliar o professor de português nas aulas de leitura e produção de texto.

Por itens adversativos entendem-se, em especial, aqueles elementos chamados pelas gramáticas tradicionais em geral de conjunções adversativas (*mas, porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto*). As reflexões aqui empreendidas servirão, porém, para itens que possam ser empregados como elos coesivos em contextos cujo sentido seja o da adversidade, como *só que*.

Nos últimos anos, o ensino de português abandonou as abordagens meramente normativas e/ou classificatórias e passou a adotar abordagens mais reflexivas que contribuem para a formação do estudante como um usuário

as diversas manifestações da língua em situações reais de uso. Nas próximas seções, serão discutidos: (i) os pontos falhos dos manuais tradicionais no tratamento de itens adversativos, (ii) as inovadoras propostas da semântica enunciativa e (iii) as elucidações trazidas pela semântica cognitiva.

Os falantes formulam construções perfeitamente gramaticais com vários itens adversativos de uso frequente, independentemente do que conhecem acerca de tais elementos em termos metalingüísticos. Já os manuais escolares

que se dedicam a descrever, por exemplo, as conjunções adversativas quase sempre propõem definições incompatíveis com o que se observa nos usos reais que alunos, professores e falantes em geral fazem delas, usos que, embora diversos do que se vê nas descrições e prescrições escolares, ainda assim são referendados como corretos e não causam nenhum estranhamento aos ouvidos seja do falante comum seja do especialista no assunto. Tem-se, assim, uma incoerência entre a forma intuitiva com que o falante emprega muitos itens adversativos e a forma com que os estudiosos costumam descrevê-los.

A semântica enunciativa aponta caminhos bastante satisfatórios para a superação do problema em pauta, principalmente por mostrar que o significado das estruturas gramaticais que contêm itens adversativos realiza-se em instâncias que superam em muito o significante expresso.

A semântica cognitiva esclarece que, nesse processo em que o dito e o não-dito aliam-se em prol da formulação de um significado maior, tem-se um fino e sofisticado trabalho cognitivo por parte do falante. Perceber e reconhecer o referido processo cognitivo mostra-se como algo necessário, senão ao estudante de português, pelo menos a seu professor.

1. ANÁLISE DO ITEM *MAS* SEGUNDO GRAMÁTICAS NORMATIVAS E MANUAIS ESCOLARES

Nesta seção, será feito um breve levantamento acerca do tratamento que itens adversativos recebem nas gramáticas tradicionais e nos manuais escolares.

Para Garcia (1992, 18), as adversativas marcam oposição, “às vezes com um matiz semântico de restrição ou ressalva”.

Conforme Rocha Lima (1994, 185), as adversativas “relacionam pensamentos contrastantes”.

Cunha e Cintra (1985, 566), por sua vez, afirmam que as adversativas “ligam dois termos ou duas orações de igual função, acrescentando-lhes, porém, uma idéia de contraste”.

Já Sacconi (1990, 267-68) entende que o sentido básico das adversativas seja o de ressalva e que esse se desdobre em diversos outros: as adversativas “exprimem essencialmente ressalva de pensamentos, ressalva essa que pode indicar idéia de oposição, retificação, restrição, compensação, advertência ou contraste”.

Também Cegalla (1994, 267) apresenta vários sentidos para as adversativas que, segundo o autor, “exprimem oposição, contraste, ressalva, compensação”.

Luft (2002, 189) afirma que as adversativas “denotam contraste, compensação”.

Bechara (1999, 321) considera que as adversativas “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas”. Destaca que, “ao contrário das aditivas e alternativas, que podem enlaçar duas ou mais unidades, as adversativas se restringem a duas”. Acrescenta ainda que *mas* acentua a oposição.

Sobre as afirmações dos gramáticos citados, podem-se fazer as seguintes ponderações. Garcia (1967), referindo-se a um matiz semântico de restrição ou de ressalva, deixa claro que o sentido das adversativas não se restringe à oposição, mas não esclarece a que se refere o termo *matiz*, de pouca precisão.

Cunha e Cintra (1985), quando afirmam que as adversativas ligam dois termos de igual função, parecem estar se referindo a função sintática; em seguida, fazem uma observação de cunho semântico: acrescenta-lhes (aos termos ligados) uma idéia de contraste. A escolha lexical por “acrescentar” pode deixar subentendido que o contraste não seria expresso senão pela conjunção.

Já para Rocha Lima (1994), as adversativas relacionam pensamentos contrastantes. Por mais impreciso que seja, nesse caso, o termo *pensamento*, o autor atribui às conjunções a função de relacioná-los, deixando claro que os pensamentos já são em si contrastantes. É importante destacar esse ponto, que difere a definição de Rocha Lima daquela dada por Cunha & Cintra, para os quais, como se viu anteriormente, o contraste da frase é dado pela conjunção. Rocha Lima ainda destaca *mas* como a adversativa por excelência e afirma que os itens *porém*, *todavia*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto* acentuam uma espécie de concessão atenuada.

Sacconi (1990) afirma que os sentidos das adversativas têm em comum a característica de serem ressalva de pensamentos e que, na ressalva, é que se expressam as demais “idéias” que os itens podem indicar.

Cegalla (1994), assim como Sacconi (1990), afirma que as adversativas exprimem alguns sentidos aparentemente estranhos. O uso de *exprimir* não deixa claro se a construção de sentido é função exclusiva da conjunção ou se é algo que já se encontrava entre as partes ligadas. O mesmo se pode dizer de *denotar*, termo usado por Luft (2002): as adversativas “denotam contraste, compensação”.

Bechara (1999), por sua vez, ao afirmar que as adversativas “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas”, deixa subentendido, pelo uso de *apontar*, que a oposição já existia entre as unidades enlaçadas. O mesmo se depreende da afirmativa de que *mas* e *porém* acentuam a oposição. Veja-se também que Bechara se refere a unidades enlaçadas, não restringindo a natureza de tais unidades a orações ou termos.

Acima foram observados pontos de vista de gramáticas tradicionais e manuais de redação destinados a estudantes do nível superior. A seguir, se exporá o tratamento das adversativas encontrado em manuais escolares que são utilizados por estudantes de português no Ensino Médio.

Neto & Infante (2004, 319) afirmam que as adversativas exprimem “oposição, contraste”. Antes de as analisarem do ponto de vista semântico, conceituam-nas em relação às estruturas sintáticas a que são associadas, que seriam, para os autores, os agrupamentos sintáticos equivalentes – as chamadas orações coordenadas.

Os mesmos autores, adiante, propõem o seguinte exercício sobre a adversativa *mas*: “Comente o uso da conjunção destacada na frase seguinte e proponha formas mais eficientes de reescrevê-la”. A frase para a qual se pede reescrita é: “A maior parte dos trabalhadores brasileiros não recebe um salário digno, *mas* enfrenta problemas de sobrevivência” (NETO e INFANTE, 2004, 321). Os autores valem-se do exemplo dado para mostrar que o emprego equivocado de uma conjunção prejudica a estruturação e a compreensão de frases e textos.

Aqui algumas considerações merecem ser feitas. Nas gramáticas tradicionais consultadas, não havia preocupação com relação a eventuais equívocos no emprego das adversativas; a preocupação dos autores voltava-se, como se viu, para sua definição e classificação. Neto e Infante, ao mostrarem preocupação com a possibilidade de mau uso das adversativas e com seus efeitos sobre a qualidade de um texto produzido, parecem desejar estabelecer uma ponte entre o ensino estritamente gramatical, tão mal visto nos últimos anos, e o

ensino de produção textual, previsto inclusive pelos atuais Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa.

As questões que se impõem diante do exercício de redação proposto pelos autores são as seguintes: (i) É possível que, nas atividades de redação, alguns alunos de fato cheguem a empregar a conjunção de forma equivocada, como na frase sugerida pelos autores. Entretanto, não é comum encontrarmos falantes que usem *mas* de forma errada. A conjunção *mas* é certamente uma das mais polissêmicas entre todas as demais do português e, ainda assim, não parece oferecer dúvidas quanto ao uso nem mesmo ao menos letrado dos falantes. Trata-se de um elemento que todos empregam com frequência, habilidade e sem receios. O fato de algum estudante poder utilizar o item de forma incorreta não seria um problema específico da escrita? Não a seria falta de habilidade para escrever decorrente de alguma timidez com relação ao texto escrito? (ii) Ainda que se conclua ser o uso errado de *mas* acima decorrente de falta de conhecimento gramatical em termos metalingüísticos, seriam as informações descritivas dadas pelos autores sobre as adversativas suficientes para a solução do problema em pauta? Mais à frente, serão retomadas essas questões.

Abaurre, Pontara e Fadel (2002) tratam as conjunções em um capítulo dedicado ao estudo dos “nós lingüísticos do texto”, de forma que elas sejam apresentadas como conectores que desempenham uma função importante no que diz respeito à coesão textual. As autoras fazem, ainda, a seguinte observação após a apresentação de um exemplo:

...as conjunções são uma espécie de operadores lingüísticos que, ao mesmo tempo que operam uma conexão formal entre duas orações, explicitam a relação lógico-semântica que entre elas deve ser estabelecida. São, por esse motivo, elementos importantíssimos para o estabelecimento da coesão textual.
(ABAURRE, PONTARA e FADEL, 2002, 126)

Nesse caso, vê-se uma preocupação por parte das autoras no sentido de estabelecer conexões entre reflexões sobre a gramática da língua e reflexões sobre o trabalho com o texto escrito. As autoras mostram a aplicabilidade prática do conhecimento acerca das conjunções.

Não diferentemente, entretanto, dos outros autores, Abaurre, Pontara e Fadel apresentam as adversativas como exemplos de coordenativas e as caracterizam como aquelas que “exprimem uma relação de contraste, de oposição” (ABAURRE, PONTARA e FADEL, 2002, 127).

Já Cereja e Magalhães (2005), em uma iniciativa de proposta reflexiva do estudo da língua, inserem os valores semânticos das preposições e das conjunções em uma seção intitulada “Para falar e escrever com adequação”. Em tal seção, os autores propõem atividades a respeito dos valores semânticos das preposições e das conjunções. Para tanto, a única conceituação apresentada é ligada à distinção realizada entre preposições e conjunções, a saber:

Preposições e conjunções são palavras relacionais, isto é, palavras que ligam palavras (caso da preposição) ou que ligam orações e termos de mesmo valor (caso da conjunção). Ambas as classes de palavras têm papel decisivo na construção da coerência e da coesão textual. (CEREJA e MAGALHÃES, 2005, 132)

Na página seguinte, os autores apresentam atividades que relacionam os

valores semânticos das preposições e das conjunções. Em uma das nove questões seguintes está presente um exercício ligado às adversativas, no qual se pede, ao estudante, que associe palavras destacadas a valores semânticos que podem ser de adição, conclusão, alternância, exclusão, oposição, explicação. Uma das frases dadas é: “Seu João não entendeu minha proposta, entretanto fez um gesto afirmativo” (CEREJA e MAGALHÃES, 2005, 133).

No exercício proposto, os autores privilegiam a questão semântica, ao contrário do que se vê em exercícios da maioria dos livros didáticos, em que se privilegiam questões sintáticas, muitas vezes com objetivos classificatórios, sem aplicabilidade direta aos trabalhos escolares de leitura e produção textual. No caso da frase proposta, o aluno deverá associar a *entretanto* o sentido opositivo. Resta saber se o estudante que assim o fizer o fará por perceber de forma clara as informações que se opõem ou porque já aprendeu que *entretanto* faz parte das conjunções adversativas e que estas assinalam oposição.

Como se pôde ver, nem as gramáticas tradicionais nem os manuais didáticos consultados têm entre si grande convergência ao tratarem das adversativas, com suas definições, sentidos e possibilidades de uso. Nem mesmo com relação aos itens que devam ser englobados entre as conjunções adversativas, há consenso. A única unanimidade observada diz respeito à conjunção *mas*, citada por todos para exemplificar o quadro das adversativas. Os comentários feitos acima sobre os trechos citados serão retomados mais à frente. Por ora, basta observar que os pontos principais a serem discutidos são: (i) Em que medida o sentido proveniente das partes ligadas por uma adversativa depende do uso desse elemento para se estabelecer? (ii) Se o sentido básico das adversativas é o de oposição, como ele se constrói?

2. ABORDAGENS ENUNCIATIVAS DE ITENS ADVERSATIVOS

Nas palavras de Koch,

a Teoria da Enunciação tem por postulado básico que não basta ao lingüista preocupado com questões de sentido descrever os enunciados efetivamente produzidos pelos falantes de uma língua: é preciso levar em conta, simultaneamente, a enunciação – ou seja, o evento único e jamais repetido de produção do enunciado. Isto porque as condições de produção (tempo, lugar, papéis representados pelos interlocutores, imagens recíprocas, relações sociais, objetivos visados na interlocução) são constitutivas do sentido do enunciado: a enunciação vai determinar a que título aquilo que se diz é dito. (KOCH, 2001, 13-14)

Como se vê, as abordagens enunciativas propõem-se analisar a língua levando em conta bem mais do que a estrutura. O usuário, com suas condições históricas e sociais e suas intenções, torna-se peça fundamental na análise lingüística, bem como os possíveis interlocutores de cada ato enunciativo.

Tendo em vista que as conjunções constituem-se em uma classe bastante utilizada pelo usuário em prol de suas intenções argumentativas e tendo em vista, ainda, que as intenções argumentativas de um usuário referem-se aos

efeitos que ele intenciona obter sobre outros usuários, as conjunções mostram-se como um campo de análise fértil aos estudos lingüísticos de convicção enunciativa e, dentre elas, destacam-se as adversativas e as concessivas.

No caso do português, encontram-se diversos estudos de base enunciativa que se propuseram analisar, por exemplo, os itens *mas* (cf. NEVES, 1984; GUIMARÃES, 2001), *embora* (cf. NEVES, 1999; GUIMARÃES 2001) e até mesmo no âmbito diacrônico a semântica enunciativa prestou sua contribuição, como se vê no conhecido trabalho de Vogt & Ducrot (1989) a respeito das motivações semânticas que levaram o advérbio latino *magis* a gramaticalizar-se e vir a tornar-se a conjunção adversativa prototípica do português.

Para a semântica enunciativa, os elementos tradicionalmente chamados de conjunções são considerados operadores argumentativos, os quais, para Koch (2001, 30), são “elementos da gramática de uma língua que têm por função indicar (‘mostrar’) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam”.

Enquanto os trabalhos tradicionais e didáticos muitas vezes, como se viu, confundem critérios sintáticos e semânticos na definição das conjunções, está claro que, para os estudos enunciativos, a semântica é o foco e dispõe de consistência teórica para seu tratamento.

Os estudos enunciativos apresentam-se, portanto, bastante adequados às modernas propostas de ensino de português que privilegiam a reflexão sobre os usos da língua e não somente sobre sua estrutura. As conjunções, em especial as adversativas e as concessivas, sob o rótulo de operadores argumentativos, tornam-se uma alternativa à análise sintática tradicional, grande responsável pelo dissabor com que muitos estudam sua própria língua nativa.

As reflexões suscitadas pelas questões acima apóiam-se em pontos básicos da semântica enunciativa sobre os quais faz-se necessário discorrer, ainda que brevemente, neste texto.

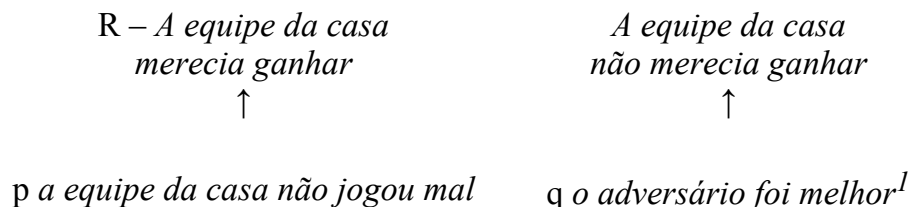
Os operadores argumentativos são divididos, segundo Koch (2001, 30-44), em vários grupos, tais como: operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão, operadores que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas, entre vários outros tipos.

Os operadores do segundo grupo – aqueles que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias – podem ser exemplificados por itens adversativos como *mas*, *porém*, *todavia*, *no entanto*, *embora*, *apesar de*. A respeito de *mas*, Koch (2001, 36) apresenta o seguinte esquema de funcionamento:

O locutor introduz em seu discurso um argumento possível para uma conclusão R; logo em seguida, opõe-lhe um argumento decisivo para a conclusão contrária *não-R* ($\sim R$). Ducrot ilustra esse esquema argumentativo recorrendo à metáfora da balança: o locutor coloca no prato A um argumento (ou conjunto de argumentos) com o qual não se engaja, isto é, que pode ser atribuído ao interlocutor, a terceiros, a um determinado grupo social ou ao saber comum de determinada cultura; a seguir, coloca no prato B um argumento (ou conjunto de argumentos) contrário, ao qual adere, fazendo a balança inclinar-se nessa direção (ou seja, entrechocam-se no discurso “vozes” que falam de perspectivas, de pontos de vista diferentes – é o fenômeno da polifonia).

O exemplo empregado pela autora é o seguinte:

(1) *A equipe da casa não jogou mal, mas o adversário foi melhor e mereceu ganhar o jogo.*



O esquema acima interessa na medida em que demonstra que, em um enunciado no qual se encontre algum operador argumentativo do tipo de *mas*, nem o locutor nem o interlocutor levam em conta somente as duas proposições ditas explicitamente. Valendo-se por enquanto da mesma metalinguagem da semântica enunciativa, pode-se dizer que há vários enunciados ditos e vários outros não-ditos em um mesmo enunciado maior no qual se encontre *mas* como elemento de ligação entre duas idéias.

3. A PROPOSTA DE SWEETSER (1991) PARA ANÁLISE DE *BUT* (INGL.): ELUCIDAÇÕES SOBRE A GRAMATICALIDADE DE ITENS ADVERSATIVOS EM PORTUGUÊS

O trabalho de Sweetser sobre o uso de *but* em inglês mostra-se bastante elucidativo acerca do uso de *mas* em português e, em conseqüência, acerca dos usos de outros itens adversativos.

A autora propõe um modelo de análise de conjunções segundo o qual as conjunções são elementos que podem atuar em três domínios: o do conteúdo, o epistêmico e o conversacional. A respeito de *but*, entende que o elemento possa ocorrer somente nos dois últimos domínios, o que se explicará adiante.

Cabe esclarecer os pontos que sustentam o ponto de vista da autora. Sweetser defende que uma forma lingüística assume novos significados graças a uma projeção corriqueira existente entre os três domínios da linguagem referidos, sendo que o do conteúdo refere-se ao mundo físico; o epistêmico ao mundo mental; o conversacional aos atos de fala.

As mudanças ocorridas com verbos perceptivos do inglês descritas pela autora são bastante ilustrativas do que ela chama de projeção entre domínios na constituição de novos significados lingüísticos. O verbo *hear* (ouvir, escutar), por exemplo, pode ser usado tanto no domínio do conteúdo (“não escutei a campainha”) quanto no domínio epistêmico (“não escutei minha mãe e me arrependo”), em que assume metaforicamente o sentido de *obedecer*. Aqui se teria uma metáfora de percepção operada no domínio mental. A manipulação física de um som que é retido oferece motivação semântica para que o verbo seja usado no sentido em que o que é retido são dados. O sentido básico de “retenção de estímulos exteriores” mantém-se, todavia.

Analisando questões referentes a conjunções, coordenação e subordinação, Sweetser discute, entre outros tópicos, os itens *and*, *or* e *but*, os mesmos que já haviam sido tratados por Lakoff (1971), que parte da seguinte questão: que fatores garantem a gramaticalidade de sentenças que apresentam os itens *and*, *but* e *or*? Também para as conjunções, Sweetser propõe a existência de três domínios, entre os quais se manifesta uma projeção em sentido unidirecional, via operações metafóricas, o que permite a (re)elaboração constante de significados. É importante observar que o domínio do conteúdo remete ao mundo real não em um sentido representacionista, segundo o qual o mundo real se espelharia nas expressões lingüísticas. O domínio do conteúdo é aquele a partir do qual, em função de suas experiências físicas, como as sensorio-motoras, o falante elabora novos significados, graças à capacidade imaginativa de sua mente. Note-se também que Sweetser, ao retomar o trabalho de Lakoff, herda-lhe a preocupação com os fatores explicativos da gramaticalidade de ocorrências com os itens estudados.

No caso de *and*, Sweetser sugere que há, entre os três domínios citados, a manifestação de um sentido básico, que a partir de um domínio fonte se projeta aos demais: o de se colocar coisas lado-a-lado em um processo de adição. Veja-se:

(1) *John eats apples **and** pears. (John come maçãs e pêras.)*

Nesse caso, a adição de coisas é simples e não obedece a nenhuma ordem nem de temporalidade nem de causalidade, tanto que os elementos “somados” poderiam ter a ordem invertida sem danos para a sentença como um todo. A esse tipo de caso em que se pode inverter a ordem dos elementos ou cláusulas, Sweetser chama simétrico, terminologia adotada em outros trabalhos, como no de Lakoff (1971).

Já no exemplo seguinte, a inversão não seria cabível sob pena de comprometer a própria gramaticalidade da sentença. A esse tipo de caso se chama assimétrico:

(2) *John took off shoes **and** jumped in the pool. (John tirou os sapatos e pulou na piscina.)*

Sweetser entende que a assimetria vista acima deve-se à iconicidade da linguagem, que faz com que a ordem temporal de sucessão que os eventos relatados seguem no mundo real se reproduza lingüisticamente. O uso narrativo de *and* comprova a interação existente entre a linearidade inerente ao uso lingüístico e o conceito geral de “pôr as coisas lado-a-lado”.

O exemplo seguinte ilustraria, por sua vez, uma linearidade decorrente não do mundo real, mas sim de um processo lógico, sendo, portanto, um exemplo de *and* no domínio epistêmico:

(3) *Why don't you want me to take basketweaving again this quarter?*

*Answer: Well, Mary got an MA in basketweaving, **and** she joined a religious cult. (...so you might go the same way if you take basketweaving).*

(Por que você não quer que eu pegue basketweaving de novo esse bimestre? Resposta: Bem, Mary tem um MA em basketweaving e ela se juntou a um culto religioso. (...assim você pode ir para o mesmo caminho se você pegar basketweaving.))

Em (3), a ordem das cláusulas não reproduz iconicamente uma ordem de eventos sucedidos no mundo real, e sim uma ordem de premissas que levam a uma conclusão.

Já o seguinte exemplo mostra *and* empregado no domínio conversacional:

(4) *The Vietnam War was morally wrong, **and** I'll gladly discuss the reasons why I think so. (A Guerra do Vietnã foi moralmente errada e eu terei prazer em explicar as razões pelas quais penso isso.)*

Também para *or* Sweetser encontra ocorrências nos três domínios citados. Já para *but* a autora tece a seguinte objeção: *but* conecta segmentos que contrastam entre si ou mesmo “colidem” (*clash* é o termo usado), mas esse contraste e essa colisão só são perceptíveis nos níveis epistêmico e conversacional. Um exemplo dado pela autora para corroborar sua proposta é:

(5) *John keeps six boxes of pancake mix on hand, **but** he never eats pancakes. (John mantém seis caixas de mistura para panquecas estocadas, mas nunca come panquecas.)*

O choque pode dar-se também entre duas conclusões implícitas, suscitadas por duas premissas conectadas por *but*, como em:

(6) *Do you know if Mary will be in by nine this evening?*
*Answer: Well, she's nearly always in by then, **but** (I know) she has a lot of work to do at the library, so I'm not sure.*
(Você sabe se Mary vai estar em casa às nove esta noite? Resposta: Bem, ela sempre chega por volta das nove, mas (eu sei) ela tem um monte de trabalho a fazer na biblioteca, então não tenho certeza.)

O argumento de Sweetser é que as relações de sentido sinalizadas por *but* nos dois últimos exemplos não se processam no domínio do conteúdo porque não há nada no mundo real que impeça a concomitância do fato de John estocar panquecas e o fato de ele nunca comê-las. Da mesma forma, no mundo real, é possível que Mary sempre chegue a casa por volta das nove e que em um dia determinado tenha muito trabalho a fazer na biblioteca. A colisão se dá entre conclusões processadas no nível epistêmico: se Mary chega a casa sempre até às nove, é possível que chegue hoje também; se Mary tem muito trabalho a fazer, é possível que não chegue a casa no horário de sempre.

Para Sweetser, mesmo que se argumente ser possível depreender as relações acima no domínio do conteúdo, é impossível negar seu processamento no domínio epistêmico. Tipicamente, no entanto, relações que ocorrem no domínio do conteúdo não ocorrem ao mesmo tempo no domínio epistêmico.

Lakoff (1971) afirma que a gramaticalidade de períodos em que duas sentenças estejam ligadas por *but*, se não se construir superficialmente (o que, para Sweetser, não ocorre), dependerá, então, de uma combinação de pressuposições e deduções que uma delas ou ambas desencadeiam.

Além disso, Lakoff descreve uma “hierarquia de naturalidade” de pressuposições e deduções: algumas mais universais (como se vê em “John é alto, mas não é bom no basquete”); outras menos (como em “John é Republicano, mas você pode confiar em Bill”); outras idiossincráticas (como em “John detesta sorvete, mas eu também”). O destaque que Lakoff dá às informações implícitas talvez seja a maior contribuição de seu trabalho. Um dos exemplos que analisa é:

(7) *John is rich but dumb. (John é rico mas estúpido.)*

O exemplo só pode ser avaliado, segundo a autora, dentro de algum contexto. Por exemplo, uma mãe que queira dissuadir a filha de casar-se com

João poderia dizer que ele é rico (uma boa qualidade), mas estúpido (um defeito), não sendo, portanto, um bom partido. Aqui se teria um caso de oposição semântica. Por outro lado, alguém que julgue que pessoas ricas não são estúpidas poderia ter empregado *but* justamente por haver aí, então, uma quebra de expectativa.

Já Sweetser, embora também reivindique um papel crucial às informações e conclusões pressupostas e implícitas na análise da gramaticalidade de sentenças com *but*, diverge de Lakoff com relação à existência de oposição semântica propriamente dita nessas estruturas. A ocorrência vista em (7), por exemplo, Sweetser entende como sendo possível somente no domínio epistêmico ou no conversacional. Enquanto Lakoff atribui à frase uma quebra de expectativa, Sweetser lhe atribui uma quebra de expectativa no nível epistêmico. Já a leitura que Lakoff atribui a uma oposição semântica, Sweetser entende como se processando no domínio conversacional, porque a mãe hipotética poderia estar, em um ato de fala, dizendo à filha: “eu sugiro que você não se case com John”; o que anularia a possibilidade de uma leitura desse exemplo no domínio do conteúdo, até porque, para Sweetser, no mundo real, riqueza e estupidez não necessariamente se opõem.

Como se vê, o modelo de Sweetser mostra-se bastante eficiente no tratamento de *but*, principalmente por considerar que, na estrutura adversativa, o “choque” não se dá entre duas proposições lingüisticamente expressas, e sim entre informações suscitadas por tais proposições. A estrutura adversativa é, na verdade, um tipo de expressão lingüística altamente sofisticado do ponto de vista cognitivo, o que acarreta dificuldade à descrição do lingüista. Ao falante, porém, a dificuldade não se impõe, graças a operações cognitivas que ele realiza no nível epistêmico, conforme defende Sweetser.

Ao constatar que o choque visto nas estruturas adversativas dá-se entre alguma informação implícita e outra explícita, a visão cognitivista de Sweetser ratifica as descrições da semântica enunciativa a respeito das adversativas e do jogo entre o dito e o não-dito encontrado nessas estruturas. A visão cognitivista avalia as condições de produção da estrutura adversativa em um trabalho que alia a preocupação com a gramaticalidade dessa estrutura e a preocupação com as questões sociais e históricas que garantem ao falante o uso e a apreensão de conteúdos não-ditos na expressão lingüística.

4. APLICABILIDADES DO MODELO DE SWEETSER (1991) PARA BUT NA ANÁLISE DE ITENS ADVERSATIVOS DO PORTUGUÊS: CONTRIBUIÇÕES AO ENSINO

A análise proposta na seção anterior corrobora a idéia defendida pelos manuais didáticos e pelas gramáticas normativas de que as adversativas tenham sentido de oposição. Podemos entender oposição como o sentido que se depreende de proposições que estejam, nas palavras de Sweetser, em choque.

Faz-se necessário observar, contudo, que, dada a complexidade da teia de informações vista nas estruturas adversativas e dada a complexa operação cognitiva que a realiza, não se pode afirmar que os “itens adversativos” ou as “conjunções adversativas” ou os “operadores argumentativos” efetuem, por conta própria, o sentido adversativo. Eles o indicam, o sinalizam, o expressam no nível gramatical, mas não o estabelecem. O sentido adversativo é

construído por informações ditas e não-ditas que, juntas, constituem o sentido global do texto. As conjunções podem contribuir para seu estabelecimento, mas não têm autonomia para estabelecê-lo.

Cabe aqui uma reflexão que ultrapassa os itens adversativos e alcança as conjunções em geral. As observações de Travaglia (2002, 180-182) são elucidativas. O autor utiliza os seguintes exemplos para demonstrar o quanto os conectores, entre eles as conjunções, podem ser responsáveis pelo estabelecimento de diferentes relações de sentido em contextos lingüísticos aparentemente semelhantes: (a) “eu não fiz os exercícios porque estava doente” e (b) “eu não fiz os exercícios mas estava doente”.

O autor esclarece que, embora em ambos os exemplos o falante apresente uma causa (estar doente) para não ter feito o exercício, o faz em cada um de uma maneira: em (a), através de uma causal; em (b), através de uma adversativa. Segundo Travaglia, a escolha do falante por (a) ou (b) vai depender da imagem que faz do interlocutor:

Em a o falante não tem nenhum pressuposto sobre o fato de o interlocutor ter alguma opinião sobre a razão pela qual ele não fez os exercícios e pretende tão somente informar essa razão por um motivo qualquer (gentileza, para não ser punido já que a causa é justa, etc.). Em b o falante pressupõe ou sabe, por qualquer razão (ele sabe o conceito em que o professor o tem ou alguém lhe relatou um comentário do professor), que o interlocutor julga que ele não fez o exercício por alguma causa que não será aceita como explicação (por exemplo: preguiça, foi passear, etc.) e então ele fala, apresentando a causa por meio de uma adversativa, a fim de criar uma oposição argumentativa, rebatendo a causa pressuposta ou considerada pelo interlocutor. Portanto há entre as duas formas de apresentar a causa uma diferença argumentativa calcada na visão que o falante tem de seu interlocutor.
(TRAVAGLIA, 2002, 180)

As observações acima podem fazer parecer que as conjunções estabelecem relações de significado. Deve-se observar, porém, que, no caso de (a), a frase só é produzida e aceita como gramatical pelos falantes em função do fato de estes, por um acordo não declarado, compartilharem as informações pressupostas na referida sentença. Como se vê, uma ocorrência que poderia parecer estranha a uma análise gramatical em moldes tradicionais é passível de análise sem complicações desde que se considere a existência de informações pressupostas na sua formação.

As observações de Sweetser sobre *but* e de Travaglia sobre *mas* no exemplo (b) citado acima podem servir de base para a análise de exemplos citados na seção 1. Veja-se o exemplo dado por Cereja e Magalhães (2005) para que os estudantes identificassem em *entretanto* o sentido opositivo: “Seu João não entendeu minha proposta, entretanto fez um gesto afirmativo”. Na verdade, não há, em princípio, oposição entre Seu João não entender minha proposta e fazer um gesto afirmativo. A oposição se encontra entre o fato de Seu João ter feito um gesto afirmativo e a pressuposição de que, para fazê-lo, Seu João deveria ter entendido minha proposta. Trata-se de uma pressuposição identificável em um nível textualmente localizado que advém de uma expectativa mais universal compartilhada pelos falantes: para se concordar com algo, é preciso saber o que está em pauta. Lembre-se aqui a divisão proposta por Lakoff (1971) para as pressuposições: elas vão das mais idiossincráticas às mais universais.

Ainda sobre o exemplo tomado a Cereja e Magalhães, cabe uma observação a mais. Neste trabalho, tem-se defendido que, independentemente das definições metalingüísticas que os falantes conheçam acerca das chamadas conjunções adversativas, por exemplo, são capazes de empregá-las com propriedade mesmo que os usos que façam delas sejam incompatíveis com o que “aprenderam” sobre elas. É necessário deixar claro que essa observação refere-se em especial à conjunção *mas*. À exceção de *mas*, os itens adversativos considerados conjunções adversativas não são sempre adquiridos pelos falantes do português de forma natural; muitos se tornam conhecidos através do processo de letramento. Sendo assim, é de se esperar que os falantes não os usem a todos com a mesma desenvoltura. Quando, porém, empregados com o devido sentido adversativo, são passíveis da mesma análise proposta por Sweetser para *but*.

Esperamos ter conseguido apontar o quanto as gramáticas tradicionais e os livros didáticos em geral necessitam rever as descrições metalingüísticas que fazem acerca dos itens adversativos em geral e dos itens considerados conjunções adversativas em especial. Mesmo manuais mais atualizados parecem ainda não ter concedido a devida importância à sofisticada habilidade lingüística e cognitiva que preside o uso dos referidos elementos. A mudança aqui proposta visa a encontrar uma descrição mais compatível com os exemplos ilustrativos empregados nos próprios manuais referidos e com os usos intuitivos que o estudante faz das adversativas.

Já foi comentada a aplicabilidade do modelo de Sweetser aos exemplos encontrados nas obras consultadas. Analise-se agora uma ocorrência de *mas* encontrada na redação de uma resposta dada por um aluno do Ensino Médio de uma escola de Juiz de Fora.² Após a leitura do conto “Peru de Natal”, de Mário de Andrade, foi solicitado ao aluno que identificasse a temática central do texto. A resposta dada foi: “O texto trata de uma família que queria comer peru em uma ceia de Natal, mas que tinha medo de ferir a imagem do pai que tinha morrido”.

Muito provavelmente o aluno que escreveu a frase, se fosse questionado, responderia que a relação semântica que *mas* assinala em sua frase seja de oposição. O que talvez ele não perceba é que a oposição não se dá entre as partes interligadas, e sim entre o que está dito expressamente e informações não expressas: se a família queria comer o peru, cria-se a expectativa de que o comeria, o que é rechaçado pelo segmento que vem após *mas*. Além disso, o fato de a morte do pai constituir-se impedimento para que a família comesse o peru só pode ser aceito se se leva em conta crenças culturais segundo as quais a morte de uma pessoa deva gerar luto à sua família e que esse luto é expresso inclusive através de um jejum. O aluno é hábil em usar a conjunção *mas* apesar de certamente não saber descrever todo o processo de construção do significado ora mencionado.

Veja-se, por último, apenas mais um exemplo retirado da resposta redigida por uma aluna também do Ensino Médio. Após a leitura de uma notícia de jornal que tratava do aumento da população de rua no Rio de Janeiro, perguntou-se qual era a possível solução apresentada para o problema levantado no texto e se o aluno concordava com essa solução. A resposta da aluna foi: “A solução apresentada no texto é tirar os moradores de rua das ruas e colocá-los em centros de acolhimento. Esta solução poderia amenizar a situação mas seria melhor se a prefeitura disponibilizasse emprego para essas pessoas.” O sentido de contraste, oposição que se depreende entre as partes ligadas por *mas* realiza-se em função de uma quebra de expectativa: se a aluna afirma que a solução da prefeitura pode amenizar a situação dos moradores de rua, espera-se que não haverá restrições à decisão da prefeitura. A ressalva

encontrada após a conjunção *mas* quebra essa expectativa ao mostrar que a aluna não concorda inteiramente com a decisão da prefeitura.

Espera-se que as reflexões propostas neste texto tenham evidenciado o desencontro ainda existente entre, de um lado, a descrição e a análise gramaticais e, de outro, o ensino voltado para a leitura e a produção de texto.

NOTAS

1. Os símbolos *p* e *q* referem-se a proposições; *r* refere-se a uma dada conclusão.

2. Os dois exercícios comentados foram realizados em uma aula da professora Natália Sigiliano, que trabalha com cursos preparatórios para o vestibular na cidade de Juiz de Fora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABAURRE, M. L.; PONTARA, M. N. & FADEL, T. *Português língua e literatura*. São Paulo: Moderna, 2002.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CASTILHO, A. T. de. Língua falada e gramaticalização. *Filologia e Lingüística Portuguesa*, n. 1, 1997, p. 107-120.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 37. ed. São Paulo: Nacional, 1994.

CEREJA, W. R. & MAGALHÃES, T. C. *Português: Linguagens*. São Paulo: Atual, 2005.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 15.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001.

HAUY, A. B. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

KOCH, I. *A inter-ação pela linguagem*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

LAKOFF R. If's, And's and But's about conjunction. In: FILLMORE, C.; LANGENDOEN, D. (Eds.). *Studies in linguistic semantics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira: edição revista e atualizada*. São Paulo: Globo, 2002.

NETO, P. C. & INFANTE, U. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2004.

NEVES, Maria Helena de M. As construções concessivas. In: _____. (Org.). *Gramática do português falado*. Vol. VII: Novos estudos. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. O coordenador interfrasal *mas* – invariância e variantes. *Revista ALFA* 28: 21-42. São Paulo, 1984.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 32. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

SACCONI, L. A. *Nossa gramática: teoria*. 14.ed. São Paulo: Atual, 1990.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VOGT, C. & DUCROT, O. *De magis a mas: uma hipótese semântica*. In: VOGT, C. *Linguagem, pragmática e ideologia*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1989.